

DESEMPREGO, INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: TENDÊNCIAS ATUAIS DO MERCADO DE TRABALHO

*Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos**

*Mônica Duarte Cavaignac***

(...) O que mais me impressionou em Enrico e sua geração foi ver como o tempo era linear em suas vidas: ano após ano trabalhando em empregos que raras vezes variavam de um dia para o outro. E, nessa linha de tempo, a conquista era cumulativa: toda semana, Enrico e Flávia conferiam o aumento de suas poupanças, mediam a vida doméstica pelas várias melhorias e acréscimos que haviam feito na casa de fazenda. Finalmente, o tempo que viviam era previsível. As convulsões da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial haviam-se esfumado, os sindicatos protegiam seus empregos; embora tivesse apenas 40 anos quando o conheci, Enrico sabia exatamente quando ia aposentar-se e o pecúlio que teria. (SENNETT, 2005, p. 14).

Introdução

Certamente, iniciamos o século XXI sem as mesmas linearidades, perspectivas e previsibilidades de Enrico e Flávia, citados na epígrafe. As mudanças no mundo do trabalho, decorrentes principalmente da globalização e da reestruturação produtiva, trazem constantes desafios à sociedade capitalista. Sobretudo nos países de capitalismo periférico, observam-se o crescimento do desemprego estrutural, a fragmentação e fragilização da classe trabalhadora, a precarização das relações de trabalho, o aprofundamento das desigualdades sociais, o aumento da insegurança e da instabilidade.

Na América Latina, cuja inserção na mundialização do capital ocorre de forma subordinada, tais mudanças, confor-

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

** Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

me observa Costilla (2003), não são resultado da própria dinâmica econômica do Continente. Na verdade, elas fazem parte de uma política dirigida por um grande bloco de poder, sob a hegemonia dos Estados Unidos, originada para enfrentar a crise dos modelos de acumulação e de regulação social vigentes nos chamados “30 anos gloriosos” do segundo pós-guerra mundial.

É a partir da aceitação das diretrizes do Consenso de Washington¹ que se generalizam e se intensificam o ajuste estrutural e a reforma do Estado nos países latino-americanos. Paradoxalmente, a maioria desses Estados volta-se para as reformas neoliberais justamente num período de transição democrática – quando saíam de regimes político-econômicos autoritários e burgueses para assumirem compromissos nacionais, pautados numa relativa inclusão social, na idéia de integração nacional, no protecionismo industrial e no desenvolvimento dos mercados internos (COSTILLA, 2003).

Entre os efeitos da contraditória inserção das sociedades latino-americanas na globalização, Costilla (2003) destaca: a perda do controle dos Estados nacionais sobre os processos econômicos, políticos e sociais internos, resultando em maior concentração de renda e de poder; a desintegração de indústrias nacionais, em decorrência da internacionalização plena do capital; a submissão dos processos produtivos e comerciais nacionais ao domínio das corporações financeiras e das firmas produtivas transnacionais; o desemprego estrutural, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, decorrentes da

¹ “O Washington consensus, expressão criada pelo economista John Williamson, do Institute for International Economics (IIE), tornou-se mundialmente conhecido para expressar a proposição da comunidade financeira internacional – especial o FMI e o BIRD – e para ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais, ao processo de reestruturação produtiva e de reordenamento dos mercados no plano internacional.” (DRUCK, 2001, p. 23). Suas diretrizes estão voltadas para a liberalização do comércio e dos investimentos, para as privatizações e para a redução do orçamento público, com a focalização das políticas sociais e a venda de ativos estatais.

reestruturação do processo de produção de mercadorias e da implementação de tecnologias cada vez mais poupadores de força de trabalho.

Desde a década de 1990, diversas estatísticas mostram considerável aumento nos desníveis entre a procura de trabalho e a oferta de ocupação. No Brasil, por exemplo, segundo dados do IBGE/PNAD², a taxa de desocupação passou de 8,9%, em 2004, para 9,3%, no ano seguinte.

Diante desse quadro, o presente capítulo tem por objetivo desenvolver breve análise do desemprego como um fenômeno que é, ao mesmo tempo, resultado e pressuposto do processo de acumulação capitalista, bem como de suas conseqüências negativas sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Inicialmente, apresenta alguns conceitos e dados quantitativos, para, em seguida, mostrar o papel que o desemprego assume numa sociedade voltada para a reprodução do capital, marcada por um processo de flexibilização perverso que atinge diretamente a classe trabalhadora. Por fim, retoma algumas questões-chave, exprimindo a necessidade da intervenção do Estado na implementação e consolidação de políticas públicas de geração de emprego e renda mais efetivas, capazes de assegurar o direito ao trabalho.

Desemprego: Alguns Conceitos e Estatísticas

Conforme observa Mészáros (2002), há algumas décadas o desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, estava reservado a áreas de pobreza e de subdesenvolvimento, e atingia apenas pessoas com pouca ou nenhuma qualificação, levando-as ao completo esquecimento e descaso, na medida em que não havia preocupação com as repercussões socioeconômicas desse fenômeno. Como resultado das transformações capitalistas, no entanto, o problema do desemprego

² Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintesePNAD2005.pdf>.> Acesso em: 19 set. 2006.

(...) não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores "altamente qualificados", que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação "racionalizadora" não está mais limitada aos "ramos periféricos de uma indústria obsoleta", mas abarca alguns dos mais "desenvolvidos" e modernizados setores da produção da indústria naval à aeronáutica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

De acordo com o relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de desempregados no mundo alcançou o recorde de 191,8 milhões, no final de 2005. Uma taxa de desemprego global de 6,3%.³ Observa-se, portanto, que, após um período de relativo baixo desemprego, este fenômeno tem expressões cada vez mais complexas e heterogêneas no cotidiano da sociedade, atingindo de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, embora apresente em sua composição uma substancial desigualdade, ao se considerarem as variáveis de rendimento familiar, idade, gênero, raça e escolaridade (POCHMANN, 2006).

No que diz respeito à faixa etária, por exemplo, uma pesquisa recentemente divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que 45,5% do total de desempregados brasileiros têm entre 16 e 24 anos (1,5 milhões de jovens)⁴.

Os estudos de Pochmann (2000) indicam que, desde os anos de 1990, a taxa de desemprego juvenil no País apresenta uma tendência de elevação sistemática, resultante da multiplicação da quantidade de desempregados, da redução da ocupação e do crescimento da inatividade.

³ Disponível em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/noticias/webnoticias/one_news.asp?IDNews=809> Acesso em: 19 set. 2006.

⁴ *Jornal O Povo*. "Trabalho: Jovens são mais de 45% dos desempregados." Fortaleza, 14 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/economian/629735.html>> Acesso: 19 set. 06.

Qualquer que seja a situação de desemprego, suas conseqüências são perversas sobre as condições de vida dos jovens e de suas famílias, na medida em que eles não podem contribuir para o aumento da renda familiar e tampouco se sentem inseridos nos padrões atuais de sociabilidade da juventude, um dos principais alvos da indústria do consumo.

Segundo a PNAD (2004), a queda na renda familiar influencia a participação de mulheres de todas as classes sociais nas atividades econômicas, indicando uma taxa de procura por trabalho de 12,3%, cerca de 4 pontos percentuais superior à dos homens. Desse modo, pode-se chegar à conclusão de que não há mais estratos sociais imunes ao desemprego, conforme observa Pochmann (2000).

O desemprego pode ser analisado como uma conseqüência inevitável do sistema capitalista e do desenvolvimento de sua contradição central, isto é, a substituição do trabalho vivo – base da produção do valor – pelo trabalho morto, objetivado em máquinas cada vez mais eficientes. Ao eliminar um número crescente de trabalhadores do processo produtivo, a maquinaria põe em crise a produção do próprio valor, cuja medida continua sendo, contraditoriamente, o tempo do trabalho incorporado nas mercadorias. Desse modo, anota Marx:

(...) o capital é a contradição em processo (posto que) tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que por outro lado põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. (1972, p. 229).

O avanço técnico-organizacional permite a produção de maior número de mercadorias sem que a jornada real de trabalho seja acrescida, porém o valor unitário destas tende a ser reduzido. Conseqüentemente, o capitalista deve vender uma quantidade maior de mercadorias para realizar a mais-valia, afinal este mais-valor produzido pelo trabalho vivo só faz sentido se for realizado na esfera da circulação.

A análise presente neste artigo não visa, entretanto, a apreender o desemprego apenas a partir de um deter-

minismo tecnológico. Entende-se que o modelo de avanço tecnológico capitalista – poupador de força de trabalho – é um elemento desse quadro caótico de desocupação, mas não se deve deixar de ressaltar que o aumento do desemprego também é fruto de decisões políticas.

De acordo com Pochmann (2001), o estabelecimento de novos rumos para a economia brasileira, desde 1990, consolida um modelo econômico solidário com o desemprego: revisão do papel do Estado na economia (racionalização e descentralização dos gastos públicos e privatização do setor estatal); desregulação financeira (endividamento externo e maior dependência de ingressos financeiros) e econômica (fusão de grandes empresas produtivas e financeiras); estabilização monetária associada a maior oferta de produtos importados e ao ingresso de recursos externos; reinserção externa mediante elevadas taxas de juros, que atraem mais significativamente as aplicações financeiras especulativas do que os investimentos produtivos.

Nesse contexto, Meneleu Neto apresenta o argumento de que o desemprego pode constituir uma variável estratégica de dominação do capital, pois “[...] se há um sentido no desemprego como pressuposto da reestruturação é o do enfraquecimento da capacidade de resistência coletiva dos trabalhadores.” (1996, p. 89).

O aumento da oferta e a diminuição da procura por força de trabalho têm impacto direto na regulação dos salários e no potencial de negociação da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais fragilizada e submetida aos ditames do mercado. Ademais, o desemprego situa-se como um problema social que causa instabilidade e um sentimento de insegurança generalizado, ameaçando trabalhadores de todos os setores de atividade. Em decorrência, ocorre, ainda, a precarização das relações de trabalho, com o aumento de práticas trabalhistas ditas flexíveis e de práticas informais, sem estabilidade nem garantias sociais, que se tornam alternativas ao emprego formal, o qual é mais oneroso para o capital.

Para Castel (1999), a característica mais perturbadora da situação atual do desemprego é o reaparecimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalho”, que ocupam na sociedade um lugar de “supranumerários”, de “inúteis para o mundo.”

Diante desse quadro, a ameaça da exclusão, rejeição e abandono passa a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, produzindo sentimentos de insegurança, angústia e ansiedade, configurando uma forma de sociabilidade marcada pela concorrência, pela competitividade, pelo individualismo e pela indiferença, traduzida na falta de confiança e de compromisso mútuo entre as pessoas, que têm de buscar soluções individuais para problemas produzidos socialmente.

Informalidade e Precarização do Mercado de Trabalho

De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado no livro *Brasil: o Estado de uma Nação* (REZENDE, TAFNER, 2006), um dos efeitos colaterais do Plano Real foi a consolidação do mercado informal de trabalho na economia brasileira. Até 1995, cada aumento na oferta de emprego formal correspondia a uma redução do índice de trabalhadores na informalidade. A lógica mudou, porém, e a tendência mostra que a criação de empregos com carteira assinada não causa mais esse impacto. A informalidade passou a ser um traço característico do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nos últimos 11 anos.

Desse modo, amplia-se o excedente estrutural da força de trabalho e, assim, novas formas de ocupação absorvem grande parte da população excluída do mercado formal, por meio de estratégias diversas de sobrevivência, incluindo práticas de contrabando, pirataria, prostituição, tráfico de drogas, assaltos, seqüestros e outros crimes que constituem o que hoje se pode chamar de “mercado ilegal de trabalho.”

Importa notar, contudo, que a informalidade já se fazia presente no Brasil antes dos anos de 1990. Segundo Noronha (2001), a abordagem denominada de “velha informalidade” classificava freqüentemente o trabalho informal, do período de 1960 a 1970, como subemprego. Tal abordagem buscava explicar o mercado de uma economia em transição, que começava a originar uma massa de desempregados que rapidamente se aglomeravam nas cidades industrializadas, recém-vindos do campo. Nos fins da década de 1980, os direitos do trabalho foram reforçados pela nova Constituição e, simultaneamente, intensificou-se o comércio internacional. Assim, a abordagem “neoclássica” culpa o excesso de regulação desse período pela expansão da informalidade. Já a “nova informalidade”, conforme ressalta o autor, resulta de mudanças nos processos de trabalho, nas novas concepções gerenciais e organizacionais e dos novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos; ou seja, trata-se de uma informalidade derivada da nova dinâmica econômica.

A intensificação desse processo decorre, sobretudo, das formas de redução de custos adotadas pelas empresas, em virtude do acirramento da competitividade, promovida principalmente pela entrada de produtos importados no País. As empresas, visando à ampliação de seus espaços produtivos e de sua margem de lucro, adotaram novas opções que afetam diretamente os empregados. Demitem centenas de trabalhadores, terceirizam outros e recontratam alguns com remuneração bem inferior, inviabilizando a criação de empregos regulares e regulamentados. Convém também lembrar que as grandes empresas adotaram uma nova conduta de desnacionalização, fusão e incorporação ou abandono de atividades, com o intuito de se tornarem mais competitivas e de marcar seus preços bem acima de seus custos.

As novas estratégias empresariais de produtividade e competitividade são um dos principais fatores explicativos das mudanças na composição ocupacional dos trabalhadores, as quais passam a vigorar, sobretudo, dentro de

redes de terceirização e subcontratação. Estes sistemas estabelecem uma relação de complementaridade entre as grandes empresas e as de menor porte (micro, pequenas e médias). Estas fornecem às primeiras vários tipos de insumos, produtos intermediários, embalagens e, principalmente, força de trabalho.

No Brasil, este esquema formou um efeito "cascata" de subcontratação,

[...] à medida que as empresas contratadas pela 'empresa-mãe' subcontratam outras empresas ou trabalhadores para realizar o serviço, as quais, por sua vez, podem também subcontratar outras empresas e outros trabalhadores, e assim por diante. (DRUCK, 2001, p. 126).

A força de trabalho terceirizada no País já corresponde a um terço das vagas criadas nas empresas privadas. Dos 6,9 milhões de postos de trabalho abertos pelo setor privado, de 1995 até 2005, 2,3 milhões foram ocupados por terceirizados – que executam uma função numa empresa, mas recebem salário por outra. É o que constata levantamento feito pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT – UNICAMP), a partir de informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho. Em 1995, havia 1,8 milhão de terceirizados formais no Brasil. No ano passado, eram 4,1 milhões – uma expansão de 127%.⁵

Antes restrita às atividades não diretamente ligadas à produção (limpeza, vigilância, alimentação e segurança), a força de trabalho terceirizada se expande para os mais diversos setores (telefonias, automobilístico, eletroeletrônico, supermercados) e áreas (como *telemarketing*). Até o Departamento de Recursos Humanos, considerado o "coração" de uma empresa, está hoje nas mãos de terceirizados.

⁵ *Folha de São Paulo*. "Empregos Terceirizados crescem 127% em dez anos." São Paulo, 28 de ago. 06. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2808200602.htm>> Acesso: 19 set. 06.

A *Phillips*, que chegou a ter cerca de 20 mil funcionários, no final da década de 1980, por exemplo, emprega hoje 6.000 funcionários e contrata os serviços de mais 5.000 pessoas. No setor automobilístico, não é diferente. A *Fiat* empregou 25 mil trabalhadores nos anos de 1980. Hoje, considerada uma das empresas mais "enxutas" do setor, tem 9.000 funcionários diretos e 7.000 indiretos (prestadores de serviço e fornecedores) em Betim (MG). Em conflito com os trabalhadores em maio de 2006, quando anunciou seu plano de reestruturação no País, a *Volkswagen* quer cortar custos com medidas que também incluem a terceirização de alguns setores da unidade de São Bernardo do Campo (SP). No Brasil, a VW emprega de forma direta 21,5 mil pessoas em cinco fábricas e utiliza força de trabalho indireta de pelo menos 5 mil trabalhadores.⁶

Por conseguinte, diversas conseqüências da terceirização recaem sobre o mundo do trabalho: ataque aos benefícios sociais e salários dos trabalhadores da empresa principal, que tendem a ser superiores aos vigentes nas firmas subcontratadas; maior insalubridade nas condições ambientais e de segurança no trabalho; fragmentação e pulverização do poder do coletivo organizado dos trabalhadores.

Embora referindo-se ao contexto francês, Castel (1999) faz uma análise que se ajusta perfeitamente ao caso brasileiro, ao descrever três pontos característicos do mercado de trabalho: o primeiro ponto é a "desestabilização dos estáveis" – uma parte da classe trabalhadora integrada ao sistema de proteção social (como a classe média) está ameaçada de oscilação. O segundo ponto é a "instalação da precariedade", na qual há uma mobilidade feita de alternância de atividade e de inatividade, de virações provisórias marcadas pela incerteza. E o último ponto está no "deficit de lugares ocupáveis" na estrutura social referente

⁶ (Cf. nota anterior).

aos trabalhadores de mais de 40 anos (já considerados velhos no mercado de trabalho), que não têm mais lugar no processo produtivo; aos jovens em busca do primeiro emprego, que aparecem como relativamente "empregáveis" para tarefas de curta duração, e que vagam de estágio em estágio; e aos desempregados de longa duração.

Logo, as políticas de geração de emprego e renda assumem caráter muito mais complexo do que o normalmente delineado nas políticas governamentais de trabalho. Não podem ser tomadas em bloco, como se todos os indivíduos tivessem as mesmas funções, iguais rendas e acessos semelhantes a oportunidades na sociedade. Basta imaginar que os direitos básicos do cidadão, diferentemente, são concedidos e apropriados, dependendo muito do local de sua existência.

O Papel das Políticas Públicas

Diante do exposto aqui, percebe-se a necessidade urgente do estabelecimento de políticas públicas que tenham por objetivo a geração de trabalho e renda para a população brasileira, como forma de enfrentamento da crise do emprego.

Atribuir as causas do desemprego ao infortúnio do destino ou eleger os próprios indivíduos como responsáveis isolados por sua condição de desempregados, como costuma sugerir o credo neoliberal, já não convence sequer os menos avisados. A opção pelo trabalho precário, terceirizado, temporário ou em tempo parcial, com baixos salários e sem garantias sociais, é apenas uma das estratégias do capital para reduzir custos e obter maior lucratividade, e, portanto, não pode ser concebida como solução para o problema do desemprego. Este tende sempre a se perpetuar na ausência de reformas no âmbito das relações de trabalho que beneficiem de fato os trabalhadores, e não os grandes capitalistas. Entre tais reformas, deve sugerir-se a redução da jornada, sem prejuízo da remuneração, como meio de garantir o direito ao trabalho

numa sociedade em que este é pressuposto para a sobrevivência humana.

O grande desafio posto às atuais políticas públicas, de forma geral, é o de não frustrar a expectativa dos chamados “beneficiários” dos programas sociais de terem acesso a uma atividade que lhes garanta uma fonte de renda regular e sustentável em meio às adversidades de um mercado que, visando a atingir seus principais objetivos (produtividade, lucro e redução de custos), explora intensamente uma pequena parte da classe trabalhadora, deixando à margem grande massa de trabalhadores tornados “redundantes”⁷, cujo destino pode ser a mendicância, a criminalidade, a prostituição ou as prisões, que, “como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo.” (BAUMAN, 2005, p. 108).

Desse modo, o enfrentamento efetivo do problema do desemprego requer a criação de outro modelo de desenvolvimento social, que associe o crescimento econômico do País ao combate à exclusão e às desigualdades sociais, por meio de políticas públicas que, em vez de tornar as pessoas dependentes permanentes de programas assistenciais, sejam capazes de promover a igualdade no acesso a padrões básicos de qualidade de vida (saúde, educação, qualificação profissional, habitação, saneamento, transporte, cultura, lazer) e de garantir-lhes oportunidades de satisfazer as próprias necessidades pelo trabalho.

⁷ Na compreensão de Bauman (2005, p. 20), “Ser ‘redundante’ significa ser extranumérico, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. ‘Redundância’ compartilha espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘dejetos’, ‘restos’, ‘lixo’ – com refugo. O destino dos desempregados, do ‘exército de reserva da mão-de-obra’, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo.”

A implementação de um tal modelo de desenvolvimento social exige, por sua vez, não só um governo mais democrático e qualificado para assegurar um crescimento econômico sustentado, como também uma sociedade civil organizada, capaz de propor, planejar, executar, avaliar e fiscalizar iniciativas voltadas para o enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da vulnerabilidade social.

Considerações Finais

Insegurança, incerteza, angústia, medo, inquietação com o presente e falta de perspectiva são sentimentos que afligem as pessoas que se vêem diante da experiência ou da ameaça do desemprego, da exclusão social e da “redundância”, num mundo que se tornou imprevisível e assustador para os seres humanos e confortável demais para o capital – embora as contradições internas do sistema contenham sempre a possibilidade de crises, conjunturais ou estruturais.

Um “aspecto fatal” das transformações contemporâneas – ocorridas a partir da década de 1970, com a crise do modo de produção fordista e do “Estado de Bem-Estar”⁸ – é a redução das funções protetoras do Estado, deixando os cidadãos à deriva, em nome da mercantilização de serviços sociais antes tratados como direitos universais de cidadania.

Reformado nos moldes do capitalismo globalizado, o Estado preocupa-se apenas com uma minoria dos excluídos (não empregáveis e inválidos), por intermédio de programas de assistência social ou mesmo assistencialistas, apelando, muitas vezes, para a “solidariedade” – comumente associada mais à idéia de caridade do que à idéia de justiça social – de uma sociedade civil que, decepcionada com as práticas políticas, despolitiza-se e se esquece

⁸ Modelo de regulação social desenvolvido num reduzido número de países capitalistas avançados no período de reconstrução do pós-Segunda Guerra, em que ocorre a expansão tranqüila do capital.

de reinventar a política. Assim, muitos recursos financeiros, materiais e humanos são desperdiçados na perspectiva de adaptação à ordem (ou ao caos) vigente, enquanto poderiam ser direcionados para projetos alternativos de educação, trabalho e sociabilidade *para além do capital*.

Fragilizada pelas ofensivas do sistema capitalista, a classe trabalhadora tem de inventar as próprias estratégias de sobrevivência, numa sociedade em que o Estado se volta mais para o controle do crime do que para as questões sociais, e “a incapacidade de participar do mercado tende a ser cada vez mais criminalizada.” (BAUMAN, 2005, p. 67).

À margem de um mercado voltado para o lucro, excludente e competitivo – onde o trabalho tem um sentimento de alienação e de exploração; onde as pessoas são usadas e descartadas como mercadorias; onde a sociabilidade é pautada na indiferença, na desconfiança, no individualismo e na concorrência por um espaço que não pode ser ocupado por todos –, as pessoas começam a pensar na possibilidade de estabelecer opções, pois, como assinala Sennett (2005, p. 176), “[...] um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo.”

Portanto, o grande desafio dos movimentos sociais, hoje, não é simplesmente a criação de opções de sobrevivência isoladas – que podem ser, inclusive, cooptadas pelo capital –, mas a criação de opções ao próprio capitalismo. Isto exige, em primeiro lugar, uma crítica social radical às categorias fundamentais do sistema (o valor, o trabalho abstrato, a mercadoria e o capital), e, em segundo, um conjunto de mediações sociais, políticas e culturais capazes de articular, no contexto mundial, experiências com maior potencial contra-hegemônico e emancipatório para oferecer opções credíveis à globalização neoliberal e ao ideário mercantil capitalista, afirmando novos valores e práticas a partir da consciência coletiva, cooperação, confiança e compromisso mútuo entre indivíduos e movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

BOCCANERA, Sílio. Os sem trabalho. *Revista Primeira Leitura*, São Paulo, fev. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Edital de Seleção Pública de Projetos de Qualificação Social e Profissional e de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho*, 2006.

CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CATTANI, A. D. *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVAIGNAC, Mônica D. Qualificação social e profissional de jovens para o primeiro emprego: contradições, limites e desafios em tempos de crise. In: ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES. Fortaleza: Labor/UFC, 07 a 09 de setembro de 2006.

CAVALCANTE, Ana M. C. Pau pra toda obra. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 23 de set. 2006. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/especiais/pensaromundo/deamanha6/632751>>. Acesso em: 25 set. 2006.

COSTILLA, Lucio Oliver. Transformações do Estado e da Sociedade Civil na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Ed. UFC, 2003. p. 251-275.

DRUCK, M. da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 2001.

LEITE, M. *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política* (Grundrisse). v. 2. Espanha: Século XXI, 1972.

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classe: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; 1996.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25, *Anais...* Caxambu, 16 a 20 de outubro de 2001.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

REZENDE, F. e TAFNER, P. (Orgs.). *Brasil: o Estado de uma Nação*. IPEA, 2006.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.